

# DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO CONTEXTO DA LUTA PELA MORADIA: REGISTRO DE UMA EXPERIÊNCIA EM MACEIÓ-AL A PARTIR DA CARTOGRAFIA DA AÇÃO

**Carlos Eduardo Nobre**

Universidade Estadual de Campinas – IG/Unicamp

geocadu@gmail.com

## Introdução

Entre 1999 e 2007, em torno de 2.126 famílias integrantes do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e da União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP) – representada no estado pela União Nacional de Movimento de Moradia em Alagoas – (UMMAL) ocuparam imóveis ociosos localizados em pontos distintos da cidade de Maceió<sup>1</sup>.

As ações corresponderam a uma agenda de luta e reivindicação dos movimentos populares que objetivavam, através das ocupações, pressionar os poderes públicos locais a desapropriarem os imóveis e destiná-los à habitação de interesse social.

Registramos cinco ocupações de terrenos localizados em bairros periféricos de Maceió e uma ocupação em um prédio vazio localizado no centro da cidade – a ocupação Chico Mendes (Figura 01).

**Figura 01:** Localizações das ocupações de imóveis ociosos pelos Movimentos MTL e UMMAL em Maceió, Alagoas (1999-2007).

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre estes Movimentos de Luta por Moradia ver Nobre (2010).



## As ocupações de imóveis ociosos pelos movimentos de luta pela moradia

O registro de ocupações de imóveis ociosos em Maceió aponta para um padrão de ocupação que se verifica em outras cidades brasileiras e que leva em conta alguns fatores como:

- (i) *Tipo de imóvel:* As ocupações se dão sobre dois tipos principais de imóveis: **terras** ou **prédios**.
- (ii) *Localização do imóvel ocioso na cidade:* Considerando-se o meio ambiente construído, as ocupações ocorrem em **áreas centrais** e/ou em **áreas periféricas** da cidade. Geralmente, as ocupações na periferia ocorrem sobre **terras** e as ocupações no centro ocorrem em **prédios**.
- (iii) *Propriedade do imóvel:* Os imóveis ocupados podem ser **públicos** ou **privados**. Se públicos, os terrenos localizados na periferia ou os prédios localizados no centro geralmente pertencem a algum órgão do governo

municipal, estadual ou da União. Se privados, o terreno ou prédio ocioso pode pertencer a pessoas físicas ou jurídicas.

- (iv) *Situação tributária do imóvel*: Geralmente, os imóveis ocupados pelos sem-teto são aqueles ociosos e **devedores de IPTU** junto à prefeitura.

Estes fatores são considerados pelos movimentos de luta pela moradia no momento da decisão da ocupação, pois a combinação deles influi na disputa pelo imóvel e permeiam, a todo o tempo, o conflito. Não há uma regra para o desfecho da luta, mas o fato da ocupação ocorrer em um terreno ou prédio que está localizado no centro ou na periferia; pertencer ao poder público ou a iniciativa privada; todos estes fatores induzem as ações dos agentes envolvidos no conflito mediante os valores dos imóveis segundo suas localizações.

Em Maceió, apenas uma ocupação (Ocupação Chico Mendes) ocorreu em um prédio localizado no centro da cidade. O imóvel ocupado pertencia ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que havia sido desativado após a transferência da Previdência Social para outro edifício. As demais ocupações ocorreram em terrenos localizados em bairros periféricos (Fotografias 01 a 04).

**Fotografias 01 e 02:** Prédio do INSS onde ocorreu a ocupação Chico Mendes (Direita) e Ocupação Cidade de Lona (Esquerda).



Fonte: Google Maps, acesso em 2014.

A ocupação Chico Mendes, organizada pela UMMAL, ocorreu no prédio da esquerda (atrás da árvore). Ambos os edifícios pertenciam, à época da ocupação, à Previdência Social, órgão da União. Esta imagem data de 2012. Naquele ano não havia mais ocupação e os edifícios encontravam-se vazios. O edifício da esquerda tinha suas portas tampadas com concreto para evitar novas ocupações.



Fonte: Danielle Silva e Priscilla Régia, 2008.

**Ocupação Cidade de Lona.** Esta ocupação ocorreu em um terreno localizado no bairro Cidade Universitária. Esta imagem mostra as famílias sendo removidas do terreno após reintegração de posse.

**Fotografias 03 e 04:** Ocupações Paulo Bandeira (direita), Dandara e Zumbi (esquerda).



Fonte: Desconhecida

**Ocupação Paulo Bandeira.** A ocupação ocorreu em um terreno no bairro Benedito Bentes. Integrantes do MTL iniciam o trabalho de montagem das barracas de lona que serviram inicialmente como abrigo às famílias de sem-teto. Com o tempo, os abrigos de lona foram substituídos por casas de barro e de taipa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2009

**Ocupações Dandara e Zumbi.** Estas ocupações também ocorreram em um terreno localizado no bairro Benedito Bentes. Nesta imagem vemos casas de taipa, com cercas em torno das casas e plantação de hortas comunitárias.

A ocupação do prédio do INSS é emblemática, pois ela faz parte de uma mobilização mais ampla que ocorreu em 11 de abril de 2006 e que consistiu na ocupação de edifícios abandonados da Previdência Social e do INSS<sup>2</sup> localizados nas áreas centrais. Essa mobilização foi coordenada e articulada em várias capitais brasileiras pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) – com sede na cidade de São Paulo – e da qual a UMMAL faz parte.

Durante a década de 2000, registraram-se inúmeros conflitos territoriais envolvendo os movimentos de luta pela moradia, agentes do poder público e da justiça, proprietários dos imóveis e populações do entorno das ocupações. O acionamento de discursos e atos para deslegitimar as ocupações e para criminalizar os sem-teto foi uma constante. Como decorrência dos fatos, as ocupações foram paulatinamente desfeitas através de remoções que envolveram basicamente dois tipos: (i) remoções por reintegração de posse; (ii) remoções para realocação das famílias em conjuntos habitacionais construídos pelo poder público.

### Uma cartografia prévia das remoções e dos deslocamentos

Os relatos das ocupações de imóveis ociosos pelos sem-teto e das ações de remoção das famílias pelo poder público permite-nos esboçar a partir do território uma cartografia da ação como proposta por Ribeiro et al. (2001). A cartografia da ação nos permite registrar não só a localização dos objetos em disputa – os imóveis ociosos – mas os sujeitos e

<sup>2</sup> O Governo Federal construiu nas décadas de 1990 e 2000, em várias capitais brasileiras, novas sedes para abrigar as atividades da previdência social. Os edifícios do INSS foram emblemáticos neste processo, tanto que grande parte das ocupações de imóveis vazios que ocorrem nas capitais brasileiras se dá em antigos prédios do Instituto.

o sentido das ações inscritas no território, isto é, o território praticado (Ribeiro, 2013). Nesse sentido, os relatos devem ser lidos a partir das localizações dos objetos e das ações, mas, também, dos deslocamentos espontâneos e compulsórios dos movimentos de luta pela moradia.

Os deslocamentos são reveladores de projetos políticos que indicam quem pode e onde é possível estar/existir. Os acontecimentos que marcaram as lutas e os deslocamentos desencadeados nos permitem montar um quadro de referência dos usos possíveis e efetivos da cidade e aponta, de fato, para uma cidade do pensamento único (Arantes et al., 2000), isto é, uma cidade que não é pensada para todos, apesar de ser praticada por todos.

Na figura 02 registramos os deslocamentos das ocupações Chico Mendes, Nilda Ferreira e Zumbi. Em outubro e novembro de 2008 as ocupações Chico Mendes e Nilda Ferreira (respectivamente), organizadas pela UMMAL, foram removidas forçadamente após a justiça conceder reintegração de posse do prédio ocupado do INSS (Ocupação Chico Mendes)<sup>3</sup> e do terreno pertencente à Universidade Federal de Alagoas (Ocupação Nilda Ferreira)<sup>4</sup>.

As famílias se deslocaram para a Ocupação Cidade de Lona e formaram uma única grande ocupação. Já a ocupação Zumbi, organizada pelo MTL, se deslocou, em 2007, para a ocupação Dandara após descobrirem que o terreno que ocupavam – à época de domínio da Prefeitura Municipal de Maceió – havia sido vendido à construtora e imobiliária CIPESA para a construção de um *Shopping Center*.

**Figura 02:** Deslocamento das ocupações após reintegração de posse em 2008.

---

<sup>3</sup> Em 2006, a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento de Maceió (SMHPS) cadastrou as famílias da ocupação Chico Mendes para inseri-las em um programa de habitação de interesse social.

<sup>4</sup> Nesse processo de despejo, metade da ocupação se desfez.



Base da imagem: Google Earth. Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo realizada em 2009.

A partir das ações de reintegração de posse e dos deslocamentos, o número de áreas ocupadas pelos movimentos de luta pela moradia diminuiu pela metade sem que o problema de habitação das famílias fosse resolvido. A pressão dos movimentos sobre a prefeitura e o governo do estado para resolução dos conflitos gerados pelas ocupações resultou numa paulatina aproximação entre os sem-teto e os agentes das secretarias públicas de habitação do município e do estado. Embora haja uma relativa autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, esses não recusam a possibilidade de uma negociação (JACOBI, 1993, p. 154) de modo que “não pode ser desconsiderado o fator negociação na relação entre movimentos e Estado” (BOSCHI; VALADARES, 1983 *apud* JACOBI, 1993, p. 17)<sup>5</sup>.

Nesse sentido, como afirma Ribeiro (2009, p. 154), é possível ocorrer mudanças nas motivações e nos objetivos da ação social a partir da mediação de instituições e de corriqueiras alianças políticas.

A aproximação das lideranças dos movimentos e dos gestores públicos ocorreu mediante o compartilhamento de atribuições institucionais entre município e estado referentes ao atendimento das demandas dos sem-teto. Nesse sentido, as lideranças do MTL se articularam com a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra) e as lideranças da UMMAL se articularam com a Secretaria de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS) (Quadro 01).

<sup>5</sup> BOSCHI, R.; VALADARES, L. P. 1983. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço e Debates*. São Paulo, NERU.

**Quadro 01:** Instituições mediadoras dos Movimentos MTL e UMMAL

Ocupações	Movimentos Organizados	Instituições Mediadoras	Esfera de Governo
Paulo Bandeira			
Zumbi	MTL	Seinfra	Estadual
Dandara			
Cidade de Lona			
Chico Mendes	UMMAL	SMHPS	Municipal
Nilda Ferreira			

Pesquisa de campo, 2009. Organizado pelo autor.

Essas articulações entre as lideranças dos movimentos e as secretarias de habitação foram estabelecidas para a negociação em torno da permanência/remoção das famílias ocupantes dos imóveis. Os movimentos de sem-teto pleiteavam a desapropriação dos terrenos para cumprimento de sua função social e reivindicavam recursos para construção de moradias populares para as famílias ocupantes. Por outro lado, as instituições dos governos municipal e estadual mediavam os conflitos entre os movimentos sociais e um punhado de agentes que – mediante a valorização dos terrenos e das áreas ocupadas pelos sem-teto – exigia a remoção das ocupações.

### As articulações políticas entre os movimentos e o poder público

A situação da propriedade do imóvel ocupado constitui um fator que influi na decisão prévia da ocupação pelos movimentos de luta pela moradia exatamente por que este fator implica na maior ou menor dificuldade concernente à desapropriação do imóvel e sua aquisição para exercício da função social. Parece-nos que há uma tendência e preferência pelas ocupações de imóveis públicos, embora esta não seja uma regra.

Os terrenos ocupados pelos movimentos MTL e UMMAL em Maceió pertenciam à Companhia de Recursos Humanos e Patrimoniais (CARHP) – órgão do governo do estado – e ao Sindicato dos Servidores Públicos de Maceió (Sindspref). Em 2000, este terreno foi cedido aos servidores públicos municipais pela ex-prefeita Kátia Born do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (Figura 03).

**Figura 03:** Propriedade dos imóveis ocupados pelos movimentos MTL e UMMAL



Base da imagem: Google Earth. Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo realizada em 2009.

O terreno ocupado pela UMMAL (ocupações Cidade de Lona, Chico Mendes e Nilda Ferreira) que pertencia a CARHP foi desapropriado pelo governo do estado para construção de moradias populares destinadas a uma comunidade de pescadores de um complexo de favelas situada às margens da Lagoa Mundaú, bairro Vergel<sup>6</sup>.

As famílias da UMMAL que ocupavam o terreno tiveram que ser deslocadas pelo governo municipal, através da SMHPS, para outro conjunto habitacional. As famílias da Cidade de Lona – que ocupavam há 10 anos o terreno e já haviam constituído um sistema de relações econômicas e sociais com o entorno do bairro – foram obrigadas a se retirar do terreno que abrigaria a comunidade da Orla Lagunar e outras comunidades oriundas de ocupações espontâneas (Fotografia 02).

As famílias da ocupação Paulo Bandeira que também ocupavam um terreno da CARHP no bairro Benedito Bentes foram deslocadas pelo governo estadual, através da Seinfra, para um conjunto habitacional. Esse terreno ocupado estava situado próximo ao

<sup>6</sup> O complexo de favelas surgiu de ocupações espontâneas e se estabeleceu às margens da Lagoa Mundaú. As famílias dessas favelas sobreviviam de um mercado de pesca. Mediante a degradação socioambiental da área e, ao que nos parece, a existência de interesses econômicos para “revitalização” da área, o governo do estado, através da Seinfra, interviu a partir de uma política de remoção das famílias daquele local. O governo estadual construiu um conjunto habitacional (denominado Vila São Pedro) na outra margem da avenida que dividia a margem da Lagoa e a planície lagunar, e realocaram parte dos moradores (pescadores) da favela. Outra parte foi realocada para outro conjunto habitacional popular (denominado Cidade Sorriso 01) localizado no bairro Benedito Bentes que se situa a uma distância de 30 km do local antes habitado pelos pescadores. Uma terceira parte das famílias seria conduzida para o conjunto habitacional Santa Maria construído sobre o terreno ocupado pelas famílias da UMMAL, no bairro Cidade Universitária, e que também fica distante em torno de 30 km. Segundo a Seinfra o conjunto habitacional Santa Maria e Cidade Sorriso 01 serviriam a parcela da comunidade que não era pescadora. Todavia, esse fato causou indignação e revolta entre as famílias que resistiam em sair das proximidades da orla lagunar.

*Shopping Center* Pátio Maceió que foi construído em uma área (34.800m<sup>2</sup>) que antes havia sido apropriada pela ocupação Zumbi (Figura 04 e Fotografia 05).

**Figura 04:** Proximidade entre o *shopping* Pátio Maceió e a ocupação Paulo Bandeira



Fonte: Google Earth, 2014. Elaborado pelo autor.

**Fotografia 05:** *Shopping* Pátio Maceió.



Fonte: Google Earth, 2014.

**Shopping Pátio Maceió.** Inaugurado no início de 2010, esse empreendimento modificou a dinâmica imobiliária do entorno mediante a valorização dos terrenos que acabou por atrair o interesse imobiliário para implantação de outros empreendimentos comerciais, financeiros e habitacionais para a classe média. A instalação do *shopping* em um bairro pobre indica a expansão e invasão dos diversos tipos de capitais na cidade e aponta uma tendência observada em outras capitais: a penetração de um circuito superior (Santos, 2004 [1979]) nos interstícios das áreas pobres.

A construção do *Shopping* valorizou os terrenos do entorno, inclusive aqueles ocupados pelo MTL. Mediante a pressão do mercado imobiliário para construção de habitações do MCMV, destinadas às famílias com renda fixa, houve pressão para que o governo do estado removesse as ocupações Paulo Bandeira, Zumbi e Dandara. O governo do estado cedeu à pressão e removeu a ocupação Paulo Bandeira passando o terreno da CARHP para a iniciativa privada (Fotografia 06).

**Fotografias 06:** Terreno da CARHP onde ocorreu a ocupação Paulo Bandeira.**Terreno que foi ocupado pelo MTL.**

Atualmente, o terreno onde se situava a ocupação Paulo Bandeira, próximo ao Shopping, foi murado para evitar novas ocupações. No muro, foi pintado uma série de inscrições com as logomarcas da Caixa Econômica Federal, do governo do estado de Alagoas e de uma construtora (Arquitec).



Fonte: Google Earth, 2014.

Após a resistência da ocupação Paulo Bandeira em sair do terreno, as famílias acabaram aceitando o acordo proposto pelo governo do estado e pela prefeitura municipal para construção de casas em outra área distante do centro comercial do bairro que ocupavam. Como se diz no jargão popular: “era pegar ou largar”!

Em situações de conflito e de disputa territorial são comuns negociações que tendem a um “consenso” que nas palavras de Rancière convida os atores sociais para “verificar que a solução ‘mais razoável’ é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas” (Rancière, p. 379-380) (aspas no original).

Nesse sentido, tanto as ocupações da UMMAL como as ocupações do MTL sofreram remoções pela prefeitura municipal e pelo governo do estado no sentido de que estes priorizaram os interesses econômicos em detrimento dos interesses sociais no que concerne a destinação dos imóveis ociosos ao exercício da função social da propriedade.

**A implantação de conjuntos habitacionais para os pobres**

De acordo com Lins (2010, p. 5) o déficit habitacional em Maceió correspondia, em 2001, a 100.704 domicílios. Para atendimento da demanda habitacional dos movimentos de luta pela moradia e de outras ocupações espontâneas da cidade, a prefeitura municipal e o governo do estado produziram novos conjuntos habitacionais populares. Sem receita própria para produção habitacional, as gestões públicas do município e do estado dependeram de repasses financeiros do Governo Federal provindos do Orçamento Geral da União (OGU) e o

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A resolução 460/518 também foi um instrumento utilizado pelas gestões públicas para o provimento habitacional<sup>7</sup>.

Os repasses financeiros da União para o estado e para o município estiveram condicionados à oferta de terras em áreas infraestruturadas como contrapartida. O estado e o município, que diziam não possuir banco de terras, recorreram à compra de terrenos na periferia do bairro Benedito Bentes para poderem receber os repasses federais para construção das moradias populares.

Entre os anos 2000 e 2009 foram produzidas no município de Maceió – a partir da celebração de convênios entre o município, o estado e a União – em torno de 10.159 unidades habitacionais destinadas às ocupações dos movimentos de luta pela moradia e outras ocupações espontâneas espalhadas pela cidade (Quadro 02 e 03).

**Quadro 02:** Conjuntos habitacionais implantados pela prefeitura de Maceió (2000-2009)

<b>Conjunto Habitacional</b>	<b>Nº de Unidades Habitacionais</b>	<b>Bairros de Implantação</b>
Selma Bandeira	335	Benedito Bentes
Carminha/Freitas Neto	2.400	Benedito Bentes
Denisson Menezes	682	Cidade Universitária
1º de junho	200	Benedito Bentes
Carminha 01	1.003	Benedito Bentes
Freitas Neto	741	Benedito Bentes
Cidade Sorriso I	1.542	Benedito Bentes
Cidade Sorriso II	1.046	Benedito Bentes
Vila dos pescadores I e II	450	Trapiche da Barra
<b>Total</b>	<b>8.399</b>	

**Fonte:** Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento. Organizado pelo autor.

<sup>7</sup> A Resolução 460/518 instituiu o Programa Operações Coletivas. Este Programa objetivou atender às demandas habitacionais das famílias de baixa renda, com financiamento direto à pessoa física, organizada de forma coletiva, em parceria com entidade organizadora, através do financiamento com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

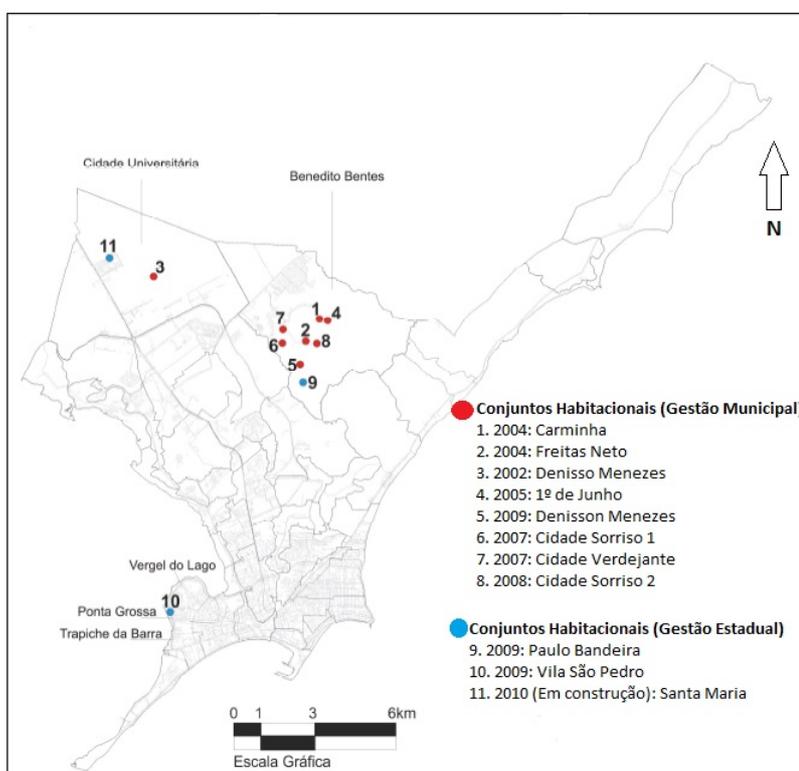
**Quadro 03:** Conjuntos habitacionais implantados pelo governo do estado de Alagoas (2000-2009)

Conjunto Habitacional	Nº de Unidades Habitacionais	Bairros de Implantação
Paulo Bandeira	780	Benedito Bentes
Vila São Pedro	150	Vergel do Lago
Santa Maria	821	Cidade Universitária
<b>Total</b>	<b>1.760</b>	

**Fonte:** Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra). Organizado pelo autor.

A maioria dos conjuntos foi implantada na periferia da cidade, no bairro Benedito Bentes, distante das áreas centrais e da própria centralidade do bairro (Figura 05). Este bairro surgiu em 1986 a partir da implantação de um conjunto habitacional para população de baixa renda. O crescimento do bairro e o adensamento populacional contribuíram para o espraiamento da cidade de Maceió e atualmente estima-se uma população que lá vive de 220 mil habitantes. Grande parte dos moradores é constituída por trabalhadores pobres que se deslocam diariamente para trabalhar nas áreas nobres da cidade.

**Figura 05:** Conjuntos habitacionais implantados pela prefeitura de Maceió (SMHPS) e pelo governo do estado de Alagoas (Seinfra) entre 2000-2009.



**Fontes:** Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento (SMHPS); Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra). **Elaboração cartográfica:** Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre.

Historicamente, o bairro Benedito Bentes acolhe as implantações das habitações populares produzidas pelos governos municipal e estadual e se constitui, assim, em um lugar de residência da população pobre trabalhadora ou daqueles que não tem onde morar e ocupam as áreas “irregularmente”. Apesar da densidade populacional, o bairro constitui um espaço rarefeito e opaco (Santos & Silveira, 2005) do ponto de vista das infraestruturas e serviços urbanos, marcado pela escassez. Ao observarmos a figura 05 vemos as áreas da cidade mais densas a partir do traçado das vias em contrapartida as áreas rarefeitas onde estão implantados os conjuntos habitacionais.

### Uma cartografia prévia da realocação dos movimentos para conjuntos habitacionais

A partir de 2009, após negociações e acordos com as lideranças dos movimentos, intensificou-se o processo de realocação das ocupações do MTL e da UMMAL para os conjuntos habitacionais implantados pela prefeitura municipal e pelo governo do estado na periferia da cidade. Os conjuntos implantados serviram para uma série de remoções de ocupações “irregulares”, dentre estas, ocupações de movimentos de luta pela moradia e ocupações espontâneas que chamamos de favelas ou comunidades (Fotografias 07 a 10).

**Fotografias 07 e 08:** Conjuntos habitacionais implantados pela SHMPS: Cidade Sorriso 01 (esquerda) e Cidade Sorriso 02 (direita).



Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

**Cidade Sorriso 01.** O conjunto habitacional localizou-se em uma área carente de infraestrutura e serviços urbanos (transporte, escola, posto de saúde). Foram construídas 1.542 unidades habitacionais com recursos do governo federal. Parte das moradias foi destinada às ocupações Cidade de Lona e Chico Mendes (UMMAL).



Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

**Cidade Sorriso 02.** A localização deste empreendimento, assim como os demais, marca a periferização da pobreza, do espriamento da cidade e do custo público com a extensão futura de infraestrutura e serviços urbanos. A falta de pavimentação demonstra a pouca densidade urbana assemelhando-se a uma área rural.

**Fotografias 09 e 10:** Conjuntos habitacionais implantados pela Seinfra: Paulo Bandeira (direita) e Santa Maria (esquerda).



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

**Conjunto Paulo Bandeira.** Foram construídas 780 unidades habitacionais destinadas às famílias da ocupação Paulo Bandeira e de uma ocupação espontânea (favela) conhecida como Grota da Alegria. O padrão arquitetônico das casas segue o mesmo dos conjuntos Cidade Sorriso 01 e 02. Há uma mesma forma arquitetônica produzida e imposta aos pobres.

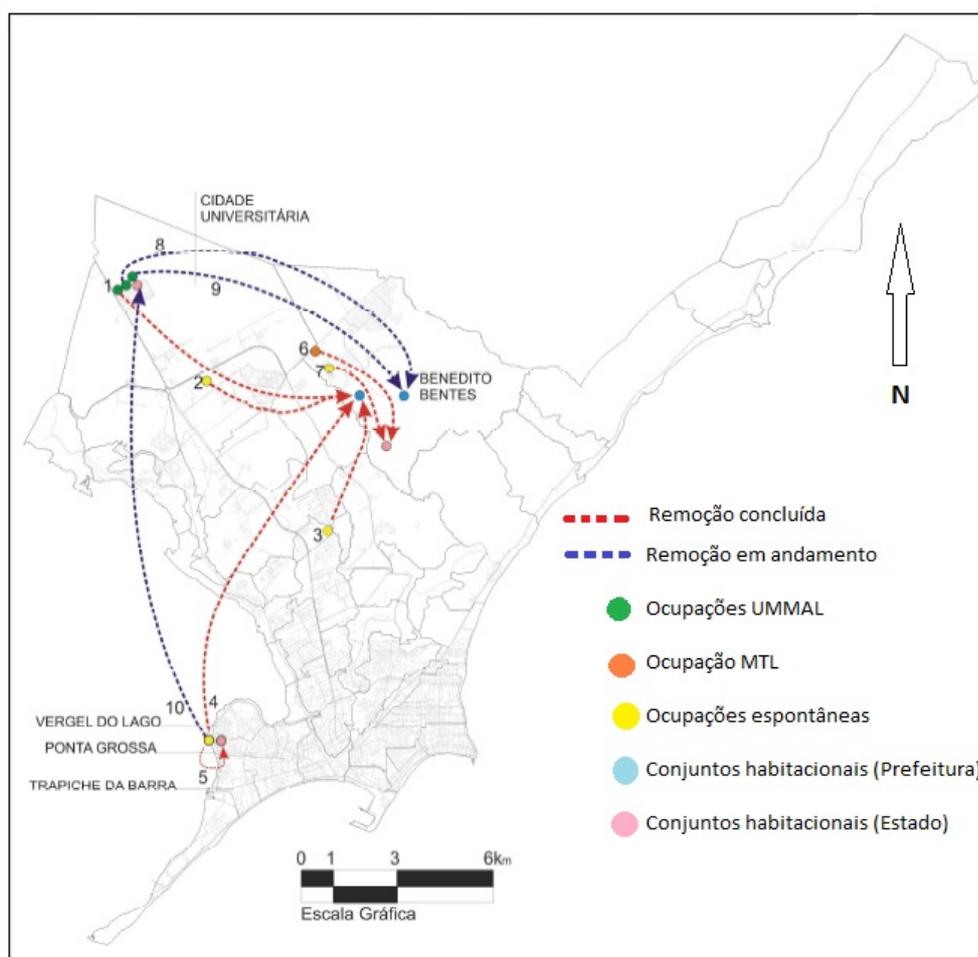


Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

**Conjunto Santa Maria.** Esse conjunto foi construído no terreno que abrigava as ocupações Cidade de Lona, Chico Mendes e Nilda Ferreira (UMMAL) e que também serviria a uma parte das famílias do complexo de favelas da orla lagunar. As ocupações Cidade de Lona e Chico Mendes foram relocadas para os conjuntos Cidade Sorriso 01. Durante as obras, a ocupação Nilda Ferreira permanecia no local e se preparava para o despejo mediante reintegração de posse. Em 2009 as famílias aguardavam a SMHPS reloca-las para a Cidade Sorriso 02.

A partir das localizações das ocupações e das localizações dos conjuntos habitacionais implantados, buscamos elaborar uma cartografia dos deslocamentos das ocupações para os conjuntos. A série de deslocamentos vista a partir do território usado pelo Estado, vai revelando uma história da criação de lugares para “confinamento” da população pobre. Esses deslocamentos, apesar de pactuados, são um demonstrativo de como o espaço é pensado e racionalizado a partir das práticas de dominação criadoras de uma cidade fragmentada, segregada e confinada (Figura 06).

**Figura 06:** Realocações das ocupações do MTL, da UMMAL e das ocupações espontâneas para conjuntos habitacionais implantados pela prefeitura de Maceió e pelo Governo do Estado de Alagoas, 2009.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2009. **Elaboração cartográfica:** Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre. In Nobre (2010).

A seguir, descrevemos os deslocamentos das ocupações a partir da figura 06:

1. **Maio de 2009:** a ocupação *Cidade de Lona*, organizada pela UMMAL, foi realocada para o *Conjunto Cidade Sorriso 01* pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento do Município de Maceió (SMHPS).
2. **Maio de 2009:** a ocupação espontânea *River Plate* foi realocada para o conjunto *Cidade Sorriso 01* pela SMHPS.
3. **Maio de 2009:** a ocupação espontânea *Canaã* foi realocada para o conjunto *Cidade Sorriso 01* pela SMHPS.
4. **Maio de 2009:** a ocupação espontânea do complexo de favelas da orla lagunar foi realocada para o conjunto *Cidade Sorriso 01* pela SMHPS.

5. **Julho de 2009:** outra parte da *ocupação espontânea do complexo de favelas da orla lagunar* foi realocada para o conjunto *Vila São Pedro* pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra).
6. **Outubro de 2009:** a *ocupação Paulo Bandeira*, organizada pelo MTL, foi realocada para o Conjunto de mesmo nome – *Paulo Bandeira* – pela Seinfra.
7. **Outubro de 2009:** a *ocupação espontânea Grota da Alegria* foi realocada para o conjunto *Paulo Bandeira* pela Seinfra.
8. **2009:** estava em andamento a remoção da *ocupação Chico Mendes*, organizada pela UMMAL, para o conjunto *Cidade Sorriso 02* implantado pela SMHPS.
9. **2009:** estava em andamento a remoção da *ocupação Nilda Ferreira*, organizada pela UMMAL, para o conjunto *Cidade Sorriso 02* implantado pela SMHPS.
10. **2009:** estava em andamento a remoção da terceira parte dos moradores do *complexo de favelas da orla lagunar* para o conjunto *Santa Maria* implantado pela Seinfra.

O ano de 2009 foi um ano de inúmeros e intensos deslocamentos de ocupações para os novos conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura e pelo governo do estado. O Benedito Bentes segue sendo um bairro prioritário para a implantação de moradias populares destinadas à população pobre que não tem como arcar com os custos da habitação e que depende diretamente da oferta de casas pelos poderes públicos.

Até 2010, das 2.126 famílias que compunham os movimentos MTL e UMMAL, apenas 1.136 famílias haviam sido realocadas para os conjuntos habitacionais, isto é, apenas 53,43% dos sem-teto que participaram dos movimentos de luta pela moradia. Mediante os acirrados conflitos vivenciados pelos movimentos sociais, muitas famílias abandonam o movimento e se dispersam pela cidade na busca pela sobrevivência cotidiana.

Ao mesmo tempo, mediante as limitações orçamentárias e aos embates políticos e econômicos, as gestões públicas se deparam com dificuldades para atender à demanda habitacional dos movimentos organizados, mas também das ocupações espontâneas irregulares.

## Considerações finais

A década de 2000 foi marcada por alguns avanços jurídicos e institucionais no campo da aclamada reforma urbana cujo eixo central pauta-se na luta pelo direito à cidade. A criação do Ministério das Cidades em 2003, a regulação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 a partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.258/2001) foram marcos importantes resultantes da luta histórica dos movimentos sociais urbanos.

Todavia, se por um lado, o reconhecimento jurídico do direito à cidade (geral) e do direito à moradia (específico) foi conquistado a partir de discursos, arranjos institucionais, planos diretores, legislações, etc.; por outro, o uso efetivo do território não o foi. Isto é, a aplicação dos instrumentos legais – no nível local – que garantissem à função social da propriedade e o direito a uma cidade integrada e não fragmentada a partir da permanência de pobres em determinadas áreas ligadas aos inúmeros subsistemas de infraestrutura e serviços urbanos não se refletiu concretamente nas ações dos poderes públicos locais.

As ocupações de imóveis ociosos pelos movimentos de luta pela moradia representam, em última análise, a continuação da luta pela aplicação e efetivação dos direitos juridicamente reconhecidos. No entanto, o que buscamos demonstrar neste trabalho, a partir do relato das experiências de ocupações e remoções, foi justamente a ação contrária do poder público no que concerne a formulação de uma política de habitação que contemplasse os desígnios dos sem-teto em permanecer nas áreas ocupadas.

A cartografia da ação aqui esboçada buscou revelar, a partir das experiências registradas, o uso efetivo do território maceioense no contexto das contradições subjacentes entre o discurso e a prática; a lei e o direito; o interesse público e o interesse privado.

A implantação dos conjuntos habitacionais pela prefeitura do município e pelo governo do estado apontou para as práticas tradicionais de confinamento e segregação dos pobres. Em outras palavras, a ação do poder público resultou na produção de novas materialidades e na cristalização de um tempo no espaço que redefiniu a vida das famílias e que no devir trará consequências para o conjunto de relações que se tecem na cidade.

Como afirma Ribeiro (2000, p. 240) “existem atos a serem reconhecidos e valorizados e, ainda, vozes a serem ouvidas e inscritas na formulação dos futuros possíveis”.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. 2000. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes.

BRASIL. Estatuto da Cidade lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2001.

BRASIL. Constituição, [1988 (2007)]. Constituição da República Federativa do Brasil. *Texto Constitucional de 1988*. 28 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

JACOBI, P. 1993. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo. 2 ed. Cortez.

LINS, Regina D. B. Avaliação do Plano Diretor de Maceió, capital do Estado de Alagoas. *Rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos*. Disponível:

<http://web.observatoriodasmetroles.net/planosdiretores/produtos/al/Avaliacaomaceio.pdf>

Acessado em 24 de julho de 2013.

NOBRE, C. E. 2010. *A emergência de outras racionalidades: as ocupações de vazios urbanos pelos Movimentos de Sem-teto de Maceió, Alagoas (1999-2009)*. Dissertação. (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

RANCIÈRE, J. 1996. O dissenso. In NOVAES, A. *A Crise da Razão*. Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, A. C. T. 2000. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo. In RIBEIRO, A. C. T. (Comp.) *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: Clacso, p. 235-250. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/urbano/urbano.html>> Acessado: 07 de setembro de 2009.

RIBEIRO, A. C. T. 2009. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (Orgs.). *Otro desarrollo*

*urbano: ciudad incluyente, justicia social e gestión democrática*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO.

RIBEIRO, A. C. T. et al. 2001. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In *Cadernos IPPUR: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*, ano XV, n. 2.

RIBEIRO, A. C. T. 2013. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, vol. 3, Rio de Janeiro: Letra Capital.

SANTOS, M. 2004 [1979]. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2 ed. São Paulo: Edusp.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. 2005. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro. São Paulo: Record.

SILVA, D.; RÉGIA, Pricylla. 2008. Sem-teto prometem manter ocupação até transferência para conjunto habitacional. *Jornal 24horas*. Disponível: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=55929> Acessado em 24 de novembro de 2014.